

## CONCURSO PÚBLICO

### PROGRAMA DE CONCURSO

# **Aquisição e Renovação de licenças Office 365 - Microsoft - pelo período de 36 meses**

58/F/2025

Processo n.º: 2025/300.10.005/180

## CONCURSO PÚBLICO

### PROGRAMA DE CONCURSO

#### 1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO E DA ENTIDADE ADJUDICANTE

- 1.1. Este concurso público, com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, adotado ao abrigo do artigo 20.º, n.º 1, alínea a), do Código dos Contratos Públicos (CCP), tem por objeto a **“Aquisição e Renovação de licenças Office 365 - Microsoft - pelo período de 36 meses”**, conforme discriminado no anexo A do caderno de encargos.
- 1.2. De acordo com o Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão de 28 de novembro de 2007 - que altera o Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV) - o objeto do concurso enquadra a seguinte categoria **CPV principal: 48514000-4**.
- 1.3. O presente concurso tem a seguinte designação: **“Aquisição e Renovação de licenças Office 365 - Microsoft - pelo período de 36 meses”**.
- 1.4. A Entidade Adjudicante é o Município de Paços de Ferreira, com sede na Praça da República, n.º 46, 4590-527 Paços de Ferreira, com o número de telefone +351 255 860 700, fax. número +351 255 860 734, e com o endereço eletrónico geral@cm-pacosdeferreira.pt sendo o horário de funcionamento todos os dias úteis das 9:00 às 16:00 horas.
- 1.5. A decisão de contratar cabe ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal em exercício, Dr. Paulo Ferreira, por suspensão do mandato do Dr. Humberto Brito, de 07 de abril de 2024.

#### 2. CONSULTA E DISPONIBILIZAÇÃO DAS PEÇAS DO CONCURSO

- 2.1. As peças do procedimento estão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública [acingov.pt](https://www.acingov.pt) acessível através do sítio eletrónico <https://www.acingov.pt/>
- 2.2. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e download das peças de procedimento. Para tal, aceder ao endereço <https://www.acingov.pt/>, clicar em Aderir, preencher os campos e seguir as instruções.
- 2.3. Mais informação em [apoio@acingov.pt](mailto:apoio@acingov.pt), ou através do telefone n.º 707 451 451.

## 3. CONCORRENTES

- 3.1. Apenas podem apresentar proposta as entidades que não se encontrem nas situações descritas no artigo 55.º do CCP.
- 3.2. Ao concurso poderão apresentar-se agrupamentos de concorrentes, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação, desde que todas as entidades em questão, e apenas essas, se associem, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de agrupamento complementar de empresas ou de consórcio externo, com a indicação clara da modalidade de associação escolhida e da participação qualitativa e quantitativa de atividade compatível com o objeto do concurso.
- 3.3. Todos os membros de um agrupamento concorrente serão solidariamente responsáveis perante a Câmara Municipal de Paços de Ferreira pela manutenção da sua proposta, assumindo as consequências legais.
- 3.4. Qualquer alteração na composição do agrupamento terá de ser autorizada pela Câmara Municipal de Paços de Ferreira, sob pena de exclusão do concurso, mediante solicitação escrita, assinada por todos os constituintes, incluindo a renunciante e a que a substitui, se esse for o caso.
- 3.5. Se algum dos elementos deixar de fazer parte integrante do agrupamento, a sua quota de responsabilidade transitará, na íntegra, para os restantes elementos, sem prejuízo de a Câmara Municipal de Paços de Ferreira, se assim o entender, acionar o elemento desistente e/ou os restantes, no sentido de se ressarcir dos prejuízos daí decorrentes.
- 3.6. No caso de consórcio externo, para além da indicação da percentagem de participação de cada uma das empresas, deverá designar-se uma delas para o desempenho das funções de “chefe de consórcio”, sem prejuízo da responsabilidade solidária das restantes.
- 3.7. A falência, dissolução ou inabilitação judicial do exercício da atividade social de qualquer das empresas do agrupamento concorrente, ou a pendência do respetivo processo, acarreta a imediata exclusão do agrupamento, seja qual for a fase em que o procedimento do concurso se encontre, sem prejuízo da responsabilidade solidária das restantes empresas do agrupamento concorrente relativa aos prejuízos causados à Câmara Municipal de Paços de Ferreira pela sua exclusão.
- 3.8. Nenhuma entidade poderá figurar em mais do que um agrupamento de empresas, nem apresentar-se integrada em agrupamento caso concorra individualmente, sob pena de exclusão.
- 3.9. Os agrupamentos de empresas que, à data de apresentação da sua proposta, já estejam legalmente constituídos sob a forma de consórcio externo, em regime de

responsabilidade solidária, instruirão a sua proposta com um documento comprovativo de tal constituição.

## 4. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 4.1. A proposta deve ser apresentada até às **23h59m do 15.º (décimo quinto) dia** posterior ao do envio para publicação do anúncio a publicar no Jornal Oficial da União Europeia.
- 4.2. Este prazo para apresentação das propostas foi fixado ao abrigo do disposto no artigo 136.º, n.º 3, do CCP, por se tratar de uma situação de urgência devidamente fundamentada, que inviabiliza o cumprimento do prazo mínimo de 30 dias fixado para o efeito, conforme melhor se expôs na decisão de contratar.
- 4.3. A entrega da proposta do presente concurso deverá ser efetuada através de plataforma de contratação pública Acin.gov, acessível no sítio eletrónico <https://www.acingov.pt/>
- 4.4. Os concorrentes deverão assinar eletronicamente a proposta e todos os documentos que lhe associarem, de acordo com o artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, sob pena de exclusão das propostas.

## 5. ESCLARECIMENTOS

- 5.1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento deverão ser solicitados pelos interessados, por escrito, através da plataforma eletrónica AcinGov, na funcionalidade esclarecimentos/comunicações, no primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas.
- 5.2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados pelo júri do procedimento, por escrito, através da plataforma eletrónica AcinGov, na funcionalidade esclarecimentos / comunicações, até ao fim do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
- 5.3. Dos esclarecimentos prestados e das retificações de erros ou omissões efetuadas, juntar-se-á cópia às peças patentes em concurso, sendo a sua existência comunicada aos interessados e publicitada na plataforma eletrónica AcinGov de acordo com o artigo 50.º do CCP.

## 6. PROPOSTA

- 6.1 A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.

- 6.2. A proposta deverá ser instruída com os seguintes documentos, sob pena de exclusão das propostas que não apresentem qualquer um dos mesmos, ou que não os apresentem nos termos e condições de seguida descritos:
- a) **Documento Europeu Único de Contratação Pública** nos termos do modelo aprovado pelo Regulamento de Execução (UE) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016.
  - b) Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, a saber:
    - i) Proposta de preço redigida de acordo com o modelo **Anexo I**;
    - ii) Uma **lista de preços unitários** de todas as espécies de serviços a prestar/bens a fornecer previstas no presente procedimento;
  - c) Documentos destinados a comprovar o cumprimento dos termos ou condições, relativos a aspetos da execução do Contrato a celebrar não submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos, nomeadamente: **Certidão Permanente ou código de acesso** da mesma referente à pessoa jurídica do Adjudicatário no caso de pessoas coletivas, ou a todas elas, no caso dos agrupamentos de pessoas coletivas.
  - d) Quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da **alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP**.
- 6.3. Os preços constantes da proposta são indicados em algarismos e não incluem o IVA.
- 6.4. Não são admitidas propostas variantes.
- 6.5. A proposta e respetivos documentos devem ser redigidos em língua portuguesa.
- 6.6. A proposta e os documentos que a constituem deverão ser assinados com assinatura eletrónica qualificada emitida por uma das entidades habilitadas para o efeito (artigos 54.º, 68.º e 69.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, na sua atual redação). Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e o poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante. Os concorrentes deverão assinar individualmente todos os documentos que associarem à sua proposta (ou seja, mesmo se os documentos são apresentados numa pasta comprimida, deverão ser assinados individualmente).
- 6.7. No caso de proposta apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração deve ser assinada conforme disposto no n.º 5 do artigo 57.º do CCP.
- 6.8. Não se encontra prevista a fase de negociação de propostas.

## 7. PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

- 7.1. Os concorrentes ficam obrigados a manter as suas propostas durante o prazo mínimo de 66 dias úteis contados da data-limite para a sua apresentação.
- 7.2. O prazo a que se refere o número anterior considera-se prorrogado por iguais períodos se os concorrentes nada requererem em contrário.

## 8. PREÇO BASE

O preço máximo que a Câmara Municipal se dispõe a pagar pela aquisição dos bens é de **€327.810,00 (trezentos e vinte e sete mil oitocentos e dez euros)**, a acrescer IVA à taxa legal em vigor.

## 9. ADJUDICAÇÃO

- 9.3. A adjudicação será efetuada segundo a modalidade do mais baixo preço, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.
- 9.4. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, o Júri do procedimento considera a proposta que apresente menor valor para o **artigo 1 – “158 unidades - KV3-00353 – Win Enterprise Device ALng SA Platform”**.

## 10. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 10.1. O adjudicatário deverá apresentar através da supracitada plataforma, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de notificação da decisão de adjudicação, sendo concedido um prazo de 2 (dois) dias úteis para supressão de irregularidades detetadas que possam levar à caducidade da adjudicação, **os documentos de habilitação referidos no n.º 1 e n.º 9, se aplicável, do artigo 81.º do CCP, bem como assim o respetivo Registo Central do Beneficiário Efetivo ou respetivo código de acesso**.
- 10.2. O adjudicatário, ou um subcontratado, nacional de Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu ou do Acordo sobre Contratos Públicos da Organização Mundial de Comércio pode ainda apresentar, em substituição dos documentos de habilitação, uma declaração sob compromisso de honra, prestada perante notário, autoridade judiciária ou administrativa ou qualquer outra competente, de que pode executar

a prestação objeto do contrato a celebrar no Estado de que é nacional de acordo com as regras nele aplicáveis.

## 11. CAUÇÃO

- 11.1. De acordo com o artigo 88.º do CCP, a prestação da caução destina-se a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que o adjudicatário assume com essa celebração.
- 11.2. O valor da caução é de **5% do preço contratual**, quando o mesmo for igual ou superior a **€ 500.000,00 (quinhentos mil euros)**.
- 11.3. O adjudicatário deve prestar a caução no prazo de **10 dias** contar da notificação da adjudicação, de acordo com o previsto no n.º 2 do artigo 77º do CCP, devendo comprovar essa prestação junto da entidade adjudicante no dia imediatamente subsequente.
- 11.4. A caução destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele resultam, deve ser prestada:
  - a) Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português à ordem do Município de Paços de Ferreira, nos termos do modelo constante do Anexo VII ao presente Programa, que dele faz parte integrante;
  - b) Mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos dos modelos constantes do **Anexos III e IV** ao presente Programa, que dele fazem parte integrante.
- 11.5. Todas as despesas relativas à prestação da caução são da responsabilidade do adjudicatário.

## 12. OUTRAS CONDIÇÕES

- 13.1. Todas as despesas e encargos inerentes à celebração do contrato escrito serão da conta do adjudicatário.
- 13.2. Tudo o que não estiver expresso no presente programa, obedecerá à legislação aplicável, nomeadamente ao mencionado Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, e a respetiva legislação complementar, que prevalecerão sobre qualquer eventual disposição do presente Programa que contrarie as suas disposições.

#### **14. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

Em tudo o omissso no presente programa de concurso observar-se-á o disposto no CCP.

O Presidente da Câmara Municipal em exercício

(Paulo Jorge Rodrigues Ferreira)



## **Anexos**

### **ANEXO I**

#### **PROPOSTA**

#### **(MODELO DE PROPOSTA PARA APRESENTAÇÃO DE PREÇO)**

..... (indicar nome, estado, profissão e morada, ou firma e sede, número fiscal) ... depois de ter tomado conhecimento do anúncio publicado nº....., de ...../...../....., para apresentação de proposta para o fornecimento referente à....., obriga-se a executar todos os trabalhos que constituem o procedimento de acordo com estipulado no respetivo programa de concurso e Caderno de encargos, no prazo de ..... meses, em conformidade com os documentos patenteados no processo, pelo preço global de € ..... (por algarismos e por extenso), conforme lista de preços unitários apensa a esta proposta e que dela faz parte integrante. À quantia atrás referida acrescentará o IVA à taxa legal em vigor.

Mais declara(m) que renuncia(m) a foro especial e se submete(m) em tudo o que respeitar à execução do seu contrato, ao que se achar descrito na legislação portuguesa em vigor.

Data ...

Assinatura ...

## ANEXO II - Modelo de declaração de habilitação

### [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

## ANEXO III - Modelo de declaração de Garantia

### Ao Município de Paços de Ferreira

O \_\_\_\_\_ (Banco), com sede em \_\_\_\_\_ (morada), com o capital social de \_\_\_\_\_ (capital social), pessoa coletiva número \_\_\_\_\_ (número de identificação de pessoa coletiva), representado por \_\_\_\_\_ (representante(s) e respetiva(s) identificação(ões)), vem prestar, por conta e a pedido de \_\_\_\_\_ (nome do adjudicatário), com sede em \_\_\_\_\_ (morada), na qualidade de adjudicatário do Concurso Público para a “\_\_\_\_\_”, promovido pelo Município de Paços de Ferreira, garantia bancária autónoma, irrevogável, incondicional e à primeira solicitação, a favor do Município de Paços de Ferreira, até ao valor de \_\_\_\_\_ Euros (repetir por extenso), em caução do bom e pontual cumprimento por aquele das obrigações decorrentes da celebração do contrato a que se refere aquele Concurso.

Em consequência, este Banco constitui-se devedor e principal pagador em dinheiro, ao Município de Paços de Ferreira, até àquele valor, sem quaisquer reservas, e para todos os efeitos legais, de todas e quaisquer importâncias que lhe venham a ser solicitadas por escrito pelo beneficiário, por uma ou mais vezes, à primeira solicitação e até um limite máximo de 48 horas a contar da solicitação, sem questionar da sua justeza, validade, legalidade ou conformidade com o disposto no processo de concurso, documentos a ele anexos e no contrato, sem possibilidade de alegar qualquer exceção ou meio de defesa contra o Beneficiário que eventualmente pudesse invocar contra o Ordenante, sem possibilidade de recorrer a qualquer benefício de prévia excussão dos bens do Ordenante e sem dependência de qualquer autorização ou concordância do Ordenante.

Quaisquer pagamentos a efetuar por este Banco nos termos da presente Garantia serão processados no prazo máximo acima referido, através de transferência bancária ou qualquer outro meio de pagamento para o efeito especificado na comunicação escrita de solicitação de pagamento que seja efetuada pelo Beneficiário.

Esta garantia é de € \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_ euros), e só será cancelada quando o Beneficiário nos comunicar por escrito que cessaram todas as obrigações do caucionado,

decorrentes do acima especificado, o que deverá ser feito de acordo com o estabelecido no contrato a celebrar na sequência do referido Concurso.

Caso alguma das disposições da presente Garantia se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

.... (local), .... (data)

Assinatura: ...

## ANEXO IV - Modelo de Seguro-Caução

A \_\_\_\_\_ (companhia de seguros), com sede em \_\_\_\_\_ (morada) presta a favor do Município de Paços de Ferreira, e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com \_\_\_\_\_ (tomador de seguro), garantia à primeira solicitação no valor de \_\_\_\_\_ correspondente à caução prevista no Programa de Concurso, destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que \_\_\_\_\_ (adjudicatário), com sede \_\_\_\_\_ (morada), assumirá no contrato que, na sequência do respetivo Concurso Público, com ele o Município de Paços de Ferreira para \_\_\_\_\_ (nome do concurso público)” e é regulado nos termos da legislação portuguesa aplicável.

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos 5 (cinco) dias úteis seguintes à primeira solicitação do Município de Paços de Ferreira, sem que este tenha de justificar o pedido e sem que a primeira pessoa possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que \_\_\_\_\_ (o adjudicatário) assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor ao Município de Paços de Ferreira quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado com o tomador do seguro ou relativas ao contrato celebrado entre o Município de Paços de Ferreira e o tomador do seguro.

Caso alguma das disposições do presente seguro-caução se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

O presente seguro-caução, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogado ou denunciado, mantendo-se em vigor até à sua liberação, nos termos do contrato e da legislação aplicável.

.... (local), .... (data)

Assinatura: ...